Apresentação do dossiê

Este dossiê foi motivado pela realização do 24º Seminário em diálogo com o pensamento de Paul Tillich, em junho de 2018, sobre o tema *Política, democracia e socialismo.* Na sua *Teologia Sistemática*, Paul Tillich mostra que não há vida sem centralização dos agentes da vida. No caso da história, trata-se da centralização dos grupos históricos. E a função em que esta centralização se efetiva é a política. Todas as atividades culturais e religiosas acontecem dentro de um determinado contexto político e são influenciadas por ele: economia, ciência, arte, ética, religião etc. Isto é, todas as demais funções em que se pressupõe a liberdade criativa dependem da organização política.

À guisa de introdução, gostaria de retomar de modo informal algumas reflexões de Tillich sobre a democracia e o socialismo, nas diversas fases da sua carreira. Esses textos constituem a base de um artigo que pretendo escrever futuramente. Não fiquei preocupado, aqui, com as referências.

Começamos com o período alemão (1919-1933), marcado pela participação de Tillich no movimento do Socialismo religioso, que significou para ele uma importante abertura ao pensamento marxista. Nos textos da época, Tillich analisa a democracia em perspectiva histórica. A democracia moderna é um produto do espírito burguês. O ideal democrático corresponde ao ideal humanista da sociedade burguesa e do século XIX, e possibilitou a luta contra o despotismo (monarquia e ditadura). A democracia está associada à racionalidade e ao racionalismo, ao privilégio dado à razão no espírito humanista e burguês. Está sempre relacionada com o ideal burguês da personalidade, que valoriza o ser humano autônomo porque dotado de razão. O sujeito é portador da razão, no sentido em que o espírito dá à natureza as suas

leis (Kant) e o poder de Estado centralizado orienta e organiza todos os aspectos da sociedade de modo racional, e, ao mesmo tempo, coordena harmoniosamente todas as forças produtivas, as do espírito e as da economia e da política.

É apenas pela criação do direito que o ser humano experimenta concretamente a exigência de se submeter a um sentido abrangente. Só assim o ser humano pode deixar de ficar preso à natureza, pode ser livre porque se torna um ser que pode compreender e realizar o sentido. O Estado é o poder que instaura e impõe o direito, é o poder pelo qual um grupo humano se reúne e acede à existência social. Assim o Estado sustenta o ser humano na sua humanidade, até nas suas manifestações aparentemente as mais alheias a ele.

Toda democracia, mesmo centralizadora e dominadora, possui um fundamento liberal: o indivíduo é portador da força à qual se submete. A afinidade entre o liberalismo e a democracia ainda cresce pelo fato da sua fé comum na harmonia. O liberalismo acredita na harmonia natural nascida do livre jogo das forças produtivas (*laissez-faire*). A democracia não acredita na harmonia natural, mas na possibilidade de submeter a natureza à razão, a partir de um processo de educação do ser humano.

O espírito burguês pretende edificar o Estado a partir dos indivíduos tomados isoladamente, os quais se associam pelo meio jurídico de um contrato político. Esse contrato tende para a democracia. O pensamento democrático é dominado pela ideia formal de igualdade, assim como o princípio da maioria o torna possível. Mas uma (pura) forma democrática de governo é tão irreal quanto uma máquina estatal puramente formal. As forças que sustentam a democracia são grupos de pressão que se servem dela para substituir sua própria dominação à da antiga aristocracia consagrada. A democracia é sustentada pela burguesia, que dirige a economia e detém o capital. A democracia burguesa é a forma política assumida pela dominação do capital. O capital conquista a maioria e a maioria lhe dá o poder. Mas, quando, por um motivo ou outro, o capital não tem mais a maioria nas mãos, ele esvazia o Estado da sua substância e o submete a si indiretamente, pelo controle da economia. O socialismo, que se opõe ao espírito burguês, pensa até o fim a ideia democrática, ao atacar a dominação do capital.

Por sua vez, o proletariado é claramente antiliberal: é a massa daqueles que a livre concorrência reduziu ao estado de puros objetos do processo social. A sua luta contra o liberalismo é uma luta contra a dominação da classe burguesa instaurada com a ajuda do liberalismo. A sua luta pela democracia objetiva a participação igual de todos no poder social e nos benefícios econômicos. No decorrer da luta, pode acontecer que o elemento liberal inerente à ordem democrática seja abandonado. Duvida-se da possibilidade de instaurar democraticamente a democracia, por causa da rigidez das relações de dominação e exige-se uma ditatura proletária provisória, assim como o abandono parcial da ideia de igualdade.

A fé na razão faz do pensamento democrático um pensamento pedagógico, em vista de levar gradativamente o ser humano à "consciência progressista". A crença na educação progressiva do ser humano (Lessing) abriga, mesmo de modo oculto, a fé liberal na harmonia. Ora, a pedagogia burguesa é pouco democrática, pois mantém a divisão de classes. Por isso, o socialismo está à procura de uma pedagogia anticonfessional e antiautoritária, de uma educação universal, na qual cada indivíduo alcançaria a razão e a maturidade.

O proletariado percebe que a fé burguesa na harmonia e no progresso se opõe totalmente a ele. É que as consequências liberais do princípio burguês, em vez de produzir uma sociedade harmoniosa na qual as necessidades básicas seriam satisfeitas graças a um progresso constante, levam antes à crise, à dominação de classe e à luta de classes. O proletariado não conhece a harmonia, mas a ausência de harmonia. Por isso, ele se opõe tanto à burguesia radical quanto à burguesia conservadora. Ele precisa adiar o equilíbrio entre a liberdade e a igualdade para o tempo da sociedade sem classes. Só o poder coercitivo de uma democracia centralizada e dominadora poderá restabelecer a unidade social rompida. O livre jogo das forças deve ser substituído por uma planificação consciente, obra de um poder central responsável e fundado democraticamente. Na democracia, os grupos de poder reinam de modo irresponsável, apesar de serem submetidos a restrições. Em consequência, surge a exigência, para o socialismo, de colocar em evidência os grupos portadores do socialismo, de designá-los como grupos de

poder responsáveis, mas, ao mesmo tempo, de submetê-los ao controle democrático; é preciso juntar responsabilidade e limitação.

Desse modo, o princípio democrático aparece em primeiro lugar como um princípio corretivo. Não é possível decidir, por via democrática, qual grupo está chamado a exercer o poder social. Essa decisão resulta da importância real de um grupo na sociedade. Contudo, é possível e necessário submeter os poderes reais à crítica da exigência de justiça, não abstratamente, mas de tal modo que seja possível a todos os grupos fazer valer a sua exigência de justiça. Ora, só a democracia permite isso. É o que faz a sua legitimidade. É o seu elemento profético. A democracia não pode ser um princípio constitutivo, porque toda construção precisa das forças originárias, mas a democracia pode orientar a construção, equilibrar, criticar, desvendar injustiças, combater os abusos de poder. Em conclusão, o Estado socialista deve se edificar através das tensões entre as forças originárias, que estão na base do edifício social, e o corretivo democrático, que submete a sociedade à exigência de justiça. Segue-se daí que o socialismo deve, ao mesmo tempo, restringir e radicalizar a democracia.

A tendência da democracia ao formalismo lhe faz esquecer que o Estado é sempre carregado por grupos determinados, que a sua potência sempre se concentra em lugares precisos. De modo oculto, as hierarquias continuam exercendo a sua ação, indiretamente, sem consagração e sem reconhecimento legal. Em solo capitalista, o verdadeiro portador do poder é o grupo que dispõe do capital. Por trás da democracia ocidental, o grupo estruturalmente portador é quase sempre o grande capital, apesar da sua relativa heterogeneidade e da sua limitação por poderes ainda não integrados ao mercado. A presença de poderes estruturadores é normal no Estado enquanto comunidade portadora do direito, mas é preciso rejeitar a ação invisível, irresponsável, indireta, em nome da democracia, mas, de fato, usando e edulcorando a democracia, a carregando e a destruindo ao mesmo tempo.

Para o período americano, escolhi algumas reflexões tiradas da Teologia Sistemática. Nesta obra fundamental, Tillich retoma a teoria do poder na democracia na perspectiva das ambiguidades do poder e da sua superação na Presença e na Comunidade Espirituais. Ressalto em particular as ambiguidades da centralidade comunitária.

Devido a uma falta de centralidade fisiológica, como a que encontramos na pessoa individual, a comunidade deve criar, na medida do possível, uma centralidade por meio de um grupo dominante que é representado ele próprio por um indivíduo (rei, presidente, etc.). Neste indivíduo, a centralidade comunitária se corporifica numa centralidade psicossomática. Ele representa o centro, mas não é o centro da mesma maneira que seu próprio eu é o centro de todo o seu ser. As ambiguidades da justiça que decorrem deste caráter da centralidade comunitária estão enraizadas no fato inevitável de que o governante e o grupo dominante efetivam seu próprio poder de ser quando tornam efetivo o poder de ser de toda a comunidade que representam. [...] Sob o impacto da Presença Espiritual, porém, os membros do grupo dominante (incluindo o governo) são capazes de sacrificar parcialmente sua subjetividade, tornando-se objetos de seu próprio governo juntamente com todos os outros objetos e transferindo a parte sacrificada de sua subjetividade aos governados. Este sacrifício parcial da subjetividade dos governantes e esta elevação parcial dos governados à subjetividade são o significado da "ideia democrática". Ela não é idêntica a qualquer constituição democrática específica que procura efetivar o princípio democrático. Este princípio é um elemento na Comunidade Espiritual e na sua justiça. Ele está presente inclusive em constituições aristocráticas e monárquicas – e pode estar amplamente distorcido em democracias históricas. Onde quer que ele seja fragmentariamente efetivo, a Presença Espiritual (= a economia da salvação, em sentido teológico) está atuando – através das igrejas, ou em oposição a elas, ou fora da esfera propriamente religiosa.

A justiça na vida comunitária é, sobretudo, a justiça da lei, lei no sentido de um sistema legal escudado no poder. Há ambiguidades no estabelecimento da lei pelo poder legislativo e na execução da lei pelo poder judiciário. A justiça de um sistema de leis está inseparavelmente unida à justiça tal como é concebida pelo grupo dominante, e esta justiça expressa tanto princípios de bem e mal quanto os princípios pelos quais o grupo dominante afirma, mantém e defende seu próprio poder. O espírito de uma lei une inseparavelmente o espírito de justiça e o espírito dos grupos no poder, e isto significa que a justiça implica injustiça. O Espírito da lei é, necessariamente, não só o espírito de justiça, mas também o espírito de um grupo comunitário. Contudo,

sob o impacto da Presença Espiritual, a lei pode receber uma qualidade teônoma, na medida em que o Espírito é efetivo. Ela pode representar a justiça de forma não ambígua, embora fragmentária; em linguagem simbólica, pode se converter na "justiça do Reino de Deus". A Presença Espiritual não suprime a base vital da lei, mas elimina as suas injustiças, combatendo as ideologias que as justificam. Esse combate, às vezes, foi travado mediante a voz das igrejas, como imagens da Comunidade Espiritual, e, às vezes de maneira direta pela criação de movimentos proféticos no próprio âmbito secular.

Termino com algumas palavras tiradas de uma intervenção radiofónica de Tillich dirigida para a Alemanha em 1942. O que é mais importante na democracia: "A democracia é uma atitude humana, um sentido dado à vida, antes de ser uma constituição e um método político." Ninguém morre por um método político... Defender a democracia significa defender um sentido da vida, uma atitude moral e religiosa. O pressuposto geral da ideia democrática é o reconhecimento da dignidade humana de cada ser humano. As raízes da ideia democrática estão no cristianismo e no humanismo.

Acontecimentos recentes no Brasil manifestaram novamente as ambiguidades políticas, a despeito de uma isenção declarada, dos três poderes da República. A tragédia ambiental de Brumadinho – noticiada na hora em que finalizo este texto - mostra, mais uma vez, a irresponsabilidade para com a vida humana das empresas que só visam o lucro, em solo capitalista.

O dossiê inclui seis artigos, que apresento a seguir. Os dois primeiros textos fazem uma abordagem mais geral. Iniciamos com o breve artigo de Neusa Romero Barazal: *Sobre o Poder: Religião e Política*, uma boa introdução ao tema da política no Estado moderno. Segundo a autora, **a**s sociedades humanas funcionam através de padrões culturais próprios que têm normas, regras, leis, convenções, ações, ou seja, um conjunto de valores materiais e espirituais que pretendem manter o equilíbrio e o funcionamento das mesmas. Para tanto, são estabelecidas relações de Poder capazes de transformar possibilidades em atitudes comportamentais dos agentes sociais. Dentre os exemplos, pode-se citar a Religião com a função de estabelecer o sentido da vida, do sofrimento, da morte, da esperança no futuro. Trata-se de uma instituição poderosa

e duradoura. Outro exemplo é o da Política manifesta por intermédio do Estado moderno e laico que detém os atos de ordenação e proibição de um determinado grupo social, em determinado território, assim como, sua defesa e sua derrubada. No entanto, na dialética entre as concepções religiosas e o racionalismo do Estado moderno, observa-se o caso das eleições de 2018 no Brasil.

O artigo de Victor Siqueira Santos: *História, Reino de Deus e Socialismo: numa breve abordagem a Paul Tillich*, tem como objetivo mostrar a relação entre *história*, *Reino de Deus* e *Socialismo* no pensamento de Paul Tillich (1886-1965). Para isso, o autor expõe, primeiramente, as ideias do nosso teólogo acerca do conceito de *história* e sua relação com o símbolo cristão do *Reino de Deus*, conforme desenvolvida em sua *Teologia Sistemática*. Posteriormente, menciona-se a situação da Alemanha no período pós-Primeira Guerra, destacando o crescimento do socialismo religioso alemão, do qual Tillich fez parte. Deste movimento, enfatiza-se a articulação política entre *história* e *Reino de Deus*, sobretudo através do conceito de *kairós*. Por fim, o autor tenta expor o método teológico que fundamenta a teologia de Paul Tillich e do socialismo religioso, possibilitando esta forma particular de articulação.

O terceiro artigo trata de um tema fundamental na atividade política: a propaganda, com o exemplo do regime nazista. O texto *A propaganda nazista - técnica, alienação e uma aproximação a partir de Paul Tillich*, de Elton Sadao Tada e Laíssa Correia Gracino, mostra que a propaganda foi um dos elementos mais fortes do Terceiro Reich na Alemanha pré-Segunda Guerra Mundial. A persuasão utilizada nas propagandas nazistas afetou a população de maneira com que apoiassem praticamente todas as decisões tomadas pelo governo nesse contexto. Para compreender a influência ideológica na Alemanha Nazista este trabalho identifica e analisa os aspectos alienantes contidos na propaganda durante o regime de Hitler. Para se chegar a este objetivo foram selecionadas algumas propagandas para análise e através de um estudo de caso foram relacionados aspectos da Teoria Crítica que justificam a alienação da sociedade perante a indústria cultural. Uma vez que o regime autoritário imposto pelo governo nessa época precisava de extremo poder de manipulação de massas para manter o controle social, entende-se que a propaganda foi a principal ferramenta usada – e de-

senvolvida – pelo nazismo para o processo de alienação da sociedade. A partir do problema da relação entre técnica e alienação faz-se uma crítica tillichiana.

As técnicas de propaganda política mudaram até hoje, especialmente com o uso das redes sociais, mas elas podem ser tão ou mais alienantes e antiéticas que outrora. É o que mostra o artigo de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias: *'"Fake News" acima de tudo, "Fake News" acima de todos"': Bolsonaro e o "Kit Gay", "ideologia de gênero" e fim da "família tradicional"*. O texto analisa como a produção de *fake news* impulsionou a campanha de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) à Presidência da República, culminando em sua vitória no 2º turno das eleições do ano de 2018. Por meio de pesquisa bibliográfico-documental, demonstra como sua campanha se utilizou de estratégias discursivas que associavam o candidato à defesa da "família tradicional brasileira" por meio da oposição ao "kit gay" e à "ideologia de gênero". Sua campanha teve o apoio massivo de setores conservadores da sociedade brasileira, tais como integrantes da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e lideranças religiosas proeminentes na mídia como o pastor assembleiano Silas Malafaia. Por fim, reflete-se sobre as formas como a campanha de Jair Messias Bolsonaro e sua consequente vitória colocam desafios à democracia e à laicidade do Estado brasileiro, sobretudo considerando o não-compromisso com os direitos de mulheres e da população LGBT+ e com questões de gênero e sexualidade, combatidas com argumentos falaciosos que também são respaldados por um discurso político-religioso que se afirma monolítico.

Os dois últimos artigos contemplam grupos humanos desde sempre fragilizados, que sofrem atualmente ameaças redobradas, na perspectiva de possíveis políticas públicas de combate à pretensa "ideologia de gênero" no Brasil, produto fabricado por setores conservadores das igrejas católica e evangélicas. Em primeiro lugar, Vicente Gregório de Sousa Filho, Conceição de Maria de Oliveira Miranda, Antonio Michel de Jesus de Oliveira Miranda e Geisa Hupp Fernandes Lacerda tratam de *A construção sócio-religiosa, política e cultural da mulher brasileira: do patriarcado colonial a contemporaneidade*. Os autores procuram, a partir da noção de mulher, construída pelo imaginário social brasileiro,

identificar a construção sócio-religiosa, política e cultural desta mulher na história do Brasil, compreendendo seus diferentes papeis sociais ao longo da história; e, analisar, à luz da noção patriarcalista, como a mulher se assumiu nesse processo histórico brasileiro, onde, a partir de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, corroborados com autores como Del Priore (2005), Lopes (2003), Freyre (2006), D'Incao (2008) e documentos da Igreja, percebemos a mulher como sujeito de sua própria história e, que mesmo em meio ao patriarcalismo, com suas lutas e vozes, elas emergem e se assumem igualitariamente nos mais distintos contextos sociais.

Enfim, o artigo de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, *"Matando uma leoa por dia": ideologia de gênero e de gênesis na "cura" de travestis,* apresenta uma breve cartografia sobre algumas das concepções teológicas / sexuais / generificadas (que podem ser entendidas como uma certa "ideologia de gênesis") de duas missões evangélicas paulistas que tem entre seus objetivos a "cura, restauração e libertação" de travestis, a *Comunidade Esperança Nova Aurora* (CENA) e a Missão *Salvação, Amor e Libertação* (SAL). Tal ideologia de gênesis, por sua vez, tem se perpetuado a partir da difusão de um sofisma, a ideologia de gênero, também presente em tais compreensões de mundo. O trabalho se fundamentou em sintética observação participante na SAL e em entrevistas de história oral e possibilitou identificar superficialmente algumas das formas como se constituem tais missões e como elas atuam na "conversão de gênero" / "restauração" / "resgate" de travestis. A ação destas organizações religiosas que visam a "cura gay" não deixa de provocar repercussões políticas preocupantes, bem visíveis numa campanha eleitoral recente e em programas de governo.